

**TECNOLOGIAS DÃO NOVO IMPULSO
PARA O MERCADO DE AUDIOVISUAL****Bruno Matos fala sobre o cenário para sua empresa diante do fenômeno das redes. Página 15.****PAGAMENTO DO 13º SALÁRIO
VAI IMPULSIONAR O CONSUMO**De acordo com o Dieese, até dia 20, R\$ 5,8 bilhões vão entrar na economia. **Páginas 8 e 9.****TRANSPORTES**Movimentação nos portos paraenses apresenta tendência de alta. **Página 14.**

DIVULGAÇÃO PETROBRAS

**Exploração** de petróleo implica no pagamento de tributos aos estados e municípios impactados pela operação**PETRÓLEO****Pagamentos de royalties podem transformar a realidade paraense****PERSPECTIVAS** - Pará terá que escolher seu próprio modelo de desenvolvimento com exploração da Margem Equatorial, dizem economistas sobre a aplicação dos recursos

DA REDAÇÃO

A produção futura de petróleo e gás na chamada Margem Equatorial, que no Brasil vai do Amapá ao Rio Grande do Norte, significará a entrada de recursos constantes no Pará e nos municípios em forma de royalties, que são a compensação financeira revertida para as localidades que abrigam estruturas petrolíferas. Há um potencial de transformação enorme, com melhorias em diversos segmentos, como transportes, energia, comunicações e educação, segundo o pós-doutor em economia pela Universidade de Campinas, o paraense André Cutrim.

Os royalties advindos da atividade petrolífera podem ajudar a superar o desafio de mitigar a pobreza e prover desenvolvimento ao Marajó, uma vez que a região está situada na costa norte do Pará, ao longo da bacia Foz do Amazonas. A dívida social com a região é histórica. Mas, para os especialistas, percorrer este caminho requer superar vários desafios. O percurso depende das estratégias a serem adotadas.

André Cutrim projeta que o potencial de transformação é enorme. “Ainda que com algum ceticismo, isso não só atrai empresas em busca de mão de obra qualificada,

mas também promove inovação e competitividade econômica. Contudo, fazer essa transição requer um modelo de governança cuidadoso e estratégico. O objetivo deve ser um modelo de desenvolvimento sócio sustentável e equitativo”, defende o economista.

Embora não se tenha ainda dados exatos sobre a possível produção em solo paraense, Cutrim, que também é professor pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA), explica que os royalties são tradicionalmente calculados como uma porcentagem da receita bruta obtida com a produção de petróleo. A porcentagem é definida pela legislação vigente e pelos contratos estabelecidos. Somente ao aplicarmos essa porcentagem específica à receita bruta estimada, seria possível prospectar

a receita total estimada em royalties. Ainda sim, a perspectiva é robusta.

“Com base no valor atual do barril de petróleo, que é de US\$ 78, e hipoteticamente com uma produção estimada de 1 bilhão de barris, a receita bruta projetada seria de aproximadamente US\$ 78 bilhões. Levando em conta um percentual de royalties de 10%, o total estimado de royalties seria de US\$ 7,8 bilhões. Considerando ainda que 20% dos royalties serão destinados ao Pará, isso resultaria em um montante de US\$ 1,56 bilhão”, calcula Cutrim. Deste bolo hipotético, fariam parte o Estado e os municípios produtores ou confrontantes com a plataforma onde ocorre a produção.

Helenilson Pontes, doutor em Direito Econômico e Financeiro, também acredita em ganhos expressivos. “As alíquotas variam de cinco a dez por cento do valor da produção, o que é bastante representativo. Além disso, existe uma participação especial para os casos em que há poços de exploração de grande porte, além dos dez por cento, há essa participação especial para casos com grande volume de exploração. Portanto, é de fato uma fonte importante de receita, sendo que os estados e os municípios ficam com a maior parte dessa participação”, informa.

Gestão dos recursos faz toda a diferença

O pagamento de royalties nem sempre resulta em desenvolvimento às cidades produtoras e confrontantes. Coari, no Estado vizinho do Amazonas, é um exemplo. O município, que fica às margens do Rio Solimões, a cerca de 450 km da capital, Manaus, teve seu primeiro poço de petróleo economicamente viável perfurado em 1986. O sonho era se tornar a “Dubai amazônica”, mas em matéria publicada no site Uol este mês, André Borges e Ruy Baron denunciavam que a cidade não vê progresso nem riqueza após praticamente quatro décadas de exploração de poços de petróleo e gás. Ao site, o governo federal, através do Ministério de Minas e Energia (MME), o Estado do Amazonas e a Petrobras afirmaram que a responsabilidade da administração do dinheiro dos royalties da exploração do petróleo e do gás é dos municípios. Eles apontam que cabe ao gestor local definir as áreas e atividades que deverão receber os recursos, inclusive assegurar a economia quando os recursos (naturais e finitos) acabarem.

“O ministério entende que os recursos da atividade petrolífera são finitos e devem ser usados para assegurar a manutenção das atividades econômicas do município quando a produção acabar”, disse o MME. No outro lado da moeda,

Maricá, no Rio de Janeiro, recebeu, apenas no primeiro semestre de 2023, algo em torno de 2 bilhões de royalties. A previsão do município naquele momento para a totalidade do ano era de R\$ 5 bilhões. A estimativa levava em conta as variações do setor, como a cotação do preço do barril de petróleo, o valor do dólar e a possibilidade de mudança no cálculo da distribuição dos royalties. Com pouco mais de 200 mil habitantes, a gestão local implementou estratégias como moeda social para transferir renda à população e agora investe no desenvolvimento do turismo na cidade.

Outra estratégia adotada foi a criação, em 2017, do Fundo Soberano de Maricá, inspirado no fundo soberano da Noruega, um dos maiores do mundo e que tem como origem os recursos do petróleo. A ideia é simples: transferir para o fundo de forma periódica um determinado percentual dos ganhos. Atualmente, segundo a prefeitura, este é o maior fundo soberano do Brasil, com expectativa de chegar a R\$ 3 bilhões até 2025. Parte do recurso é utilizado para programas como “Fomenta Maricá”, que disponibiliza linhas de créditos para empreendedores e empresas da cidade.

VEJA MAIS NA PÁGINA 2



AGÊNCIA PETROBRAS

Margem Equatorial brasileira pode ter tanto petróleo quanto a Guiana e o Suriname, segundo estimativas da Petrobras

MARGEM EQUATORIAL

Exploração na foz do Amazonas ainda depende do Ibama

DA REDAÇÃO

A Petrobras enviou ao Rio Grande do Norte na terça-feira, 5, o navio-sonda que fará a perfuração do poço Pitu Oeste. A previsão da companhia é iniciar os trabalhos na Margem Equatorial ainda em dezembro. Para esta etapa da

Bacia Potiguar, a Petrobras já possui licença do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama). O plano estratégico da Petrobras prevê um investimento de US\$ 3,1 bilhões para as

atividades exploratórias na Margem Equatorial, entre 2024 e 2028.

A empresa, porém, ainda aguarda a licença do Ibama para a exploração na bacia da Foz do Amazonas, com blocos no Amapá, e da bacia Pará-Maranhão, com blocos importantes no Pará. Neste caso, os municípios do território paraense nesta área

seriam aqueles localizados mais ao nordeste, como Marapanim. Em maio, o Ibama negou a licença da Foz do Amazonas por causa da ausência de uma avaliação ambiental na área e do impacto das atividades sobre comunidades indígenas, além de apontar falhas no plano de proteção à fauna apresentado pela Petrobras.

O Ministério de Minas e Energia (MME) acredita que a Margem Equatorial Brasileira possa ter tanto petróleo quanto Guiana e Suriname, ou até mais, ultrapassando os 13 bilhões de barris. O ministro Alexandre Silveira já afirmou que um estudo interno da Petrobras indica que o bloco FZA-M-59, controlado pela estatal, tem o potencial de 5,6 bilhões de barris, o que representaria um incremento de 37% nas reservas de petróleo brasileiras, atualmente em 14,8 bilhões de barris. A área onde seria perfurado o poço de petróleo se encontra a 500 quilômetros da foz do rio Amazonas e é a mais promissora.

O economista André Cutrim avalia que, por se tratar da Amazônia, a abordagem deve ser mais cuidadosa.

"Qualquer atividade de prospecção deve levar em consideração o impacto ambiental, incluindo a proteção da biodiversidade marinha e terrestre. A prospecção em regiões como a Amazônia deve ser muito mais minuciosa porque também envolve considerações sociais e culturais, especialmente no que diz respeito aos povos da floresta, que serão diretamente afetados pela exploração de recursos naturais em suas terras", defende.

Já Helenilson Pontes aposta na competência da Petrobras. "Hoje, a tecnologia já permite mecanismos de segurança ambiental altamente sofisticados. Além disso, a Petrobras é uma grande petroleira mundial e reconhecida por ter um dos maiores cuidados com questões ambientais. Realmente, não tenho preocupação quanto a isso, porque a Petrobras conta com os melhores técnicos do mundo nessa área de segurança ambiental. Existem exceções até no Alasca. A partir dos trâmites corretos, não teria o porquê de só na Amazônia ter esse problema", afirma.

Ganhos para o Pará seriam imediatos

Helenilson Pontes avalia que os ganhos financeiros do Pará vão além dos royalties. "A possibilidade do Pará ser incluído nessa bacia de exploração de petróleo abrirá um novo caminho para a região Norte do nosso Estado. Será um novo caminho de desenvolvimento, pois além dos royalties que essa exploração mineral trará, haverá receitas adicionais de ICMS, que é o maior tributo estadual. Um projeto dessa magnitude representará a importação de bilhões de reais em máquinas, equipamentos e toda a logística necessária para sua implantação", comenta.

Para o tributarista, os ganhos seriam imediatos também aos municípios. "Eles começam com a implantação, justamente com impostos, que são também uma importante fonte de receita para os municípios, especialmente os da região do Marajó, porque o ISS incide sobre a prestação de serviços, e empreendimentos desse tipo demandam uma grande quantidade de serviços contratados pelas empresas exploradoras. É uma relação de ganha-ganha para o Estado com a implantação desse projeto na margem norte do Pará", defende Helenilson. Pontes, que tem experiência em cargos públicos, para além do conhecimento tributário, acredita em uma mudança na matriz econômica do Pará. "Essa nova fonte de receita pode melhorar nossa renda per capita e reduzir a desigualdade. Como toda e qualquer receita pública, é crucial que haja um processo de gestão eficiente,

controle social, transparência e aplicação de todos os mecanismos propostos pelo sistema jurídico. Temos os mecanismos institucionais de controle de gastos e todos esses processos, além da sociedade, que desempenha um papel crucial como fiscalizadora", afirma. Já André Cutrim se diz cético quanto ao modelo de desenvolvimento advindo do petróleo. "Reconheço a potencialidade de benefícios financeiros futuros, os quais poderiam representar uma fonte significativa de recursos, sobretudo para a Amazônia. Contudo, pergunto: que custos socioeconômicos e ambientais estamos dispostos a enfrentar com este modelo de desenvolvimento? De fato, uma gestão prudente e responsável dos royalties poderá ser a chave para desbloquear um futuro de prosperidade, mas isso exigiria um modelo de governança transparente e com participação ativa da sociedade em todos os níveis", finaliza.

Além dos royalties, haverá receitas adicionais de ICMS"

Helenilson Pontes
Tributarista

Helenilson Pontes aposta na competência da Petrobras para realizar a retirada do petróleo com segurança

Soluções Jurídicas em Geral

GAMAMALCHER.
Desde 1898

Av. Visconde de Souza Franco, nº 5, 24º andar, Umarizal. Belém, Pará. CEP 66055-005. Tel.: (91) 3223-2800. contato@gmalcher.com gmalcher.com